

BOLETIM
O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores



Este número d'*O Trabalho* sai no dia 25 de Abril, 44 anos após o início da revolução portuguesa.

Como em anterior número apontávamos, o salário mínimo nacional é hoje inferior ao de 1974, o primeiro de sempre. E hoje vencem o salário mínimo mais trabalhadores do que nunca.

Entretanto, houve a UE. Deixou asfalto, bolsos cheios para um punhado de banqueiros e intermediários de fundos europeus e miséria para quem trabalha.

Nesta situação, o ministro das finanças do governo de “esquerda”, que a Europa e a finança festejam, diz aos seus suportes parlamentares oficiais, PC e BE, que não dá para haver aumentos dos funcionários públicos.

Não há aumentos há dez anos (e, nesses dez anos, parte dos salários foi expropriada pela troika para dar à banca e nunca foi devolvida). E as carreiras continuam a descongelar ao ritmo do gelo no frigorífico.

Mas atenção: parece, diz também o governo, que a economia do país e a global vão de vento em popa.

Pergunta: aumentarão eles os funcionários e outros trabalhadores quando “a economia” voltar a naufragar?

O escândalo é tal, que António Costa passou a não excluir um aumento... em 2019 — e Centeno apressou-se a dizer que nunca dissera nunca. Outro parceiro do governo, este, parceiro semi-oficial, Rui Rio, veio prestavelmente a terreiro sugerir um valor: 1,5%!

Acontece que estamos em 2018. Porque não há-de haver aumento em 2018?

Embalada pela arrogância do poder e pelas carícias de Bruxelas, esta gente pensa que pode fazer pouco dos trabalhadores portugueses.

Não pode. Na realidade, essa gente não é só com Bruxelas que conta. Conta, sobretudo, com que as direcções actuais do nosso movimento operário velem por que as greves se mantenham descoordenadas e as manifestações simbólicas, em vez de as lutas se centralizarem para derrotar os planos do governo.

Tristemente, é para isso que serve Bloco e PCP a fazerem de muletas do governo UE/Costa/Centeno.

Como ironizava, descontraído, um dirigente do PSD à TSF: “(...) sabemos que vai ser aprovada a proposta do Programa de Estabilidade e adiante, também o orçamento. Isto por muito que vejamos notícias de ultimatoss e chamar-se ao ministro Centeno Vítor Gaspar”.

PCP e Bloco preparam-se, de facto, para viabilizar um orçamento de hiper-austeridade sem sequer dizerem o que diz o insuspeito João Cravinho: que o saldo primário planeado é “de uma violência enorme”. Em vez disso, o Bloco pede mais umas décimas, dizendo que Bruxelas até deixa...

Feche a urgência pediátrica de S. João. Descarriem os comboios. Caiam as escolas de podres. Mas salve-se o objectivo do défice.

Todos em greve e na rua, como no 25 de Abril, e reaveremos as nossas conquistas e direitos.

Mas só assim. Só com o povo a ordenar mais.

“Bloco Total”

Um Governo apoiado por: PCP, Bloco de Esquerda, PSD, CDS...

Todos os que juram fidelidade a Bruxelas ou, sem a jurar, praticam a fidelidade a Bruxelas

Na imprensa nacional e internacional, este governo passa por “governo de esquerda” — além de ser “prova” disto ou daquilo, conforme o gosto do momento: prova de que “*afinal há alternativa à austeridade*” é uma variante bastante na moda, que A. Costa referiu ao semanário político-financeiro *The Economist*. No entanto, se se ler um pouco mais, fica-se a saber o que a revista teórica do capitalismo financeiro pensa: “*Em parte, o governo de esquerda de Portugal está-se a dar bem por não ser lá muito de esquerda*”.

António Costa assinou um acordo com Rui Rio sobre a utilização dos fundos europeus até 2030.

É, como bem vê *The Economist*, a estonteante divisão de trabalho deste governo de “bloco total”. Para mexer em milhares de milhões para salvar os banqueiros ou decidir o investimento “estruturante”: recorre-se aos votos da direita.

Já para discutir se tirar um milhão daqui e pô-lo ali, sobretudo, obter votos para viabilizar o programa de governo, o orçamento do Estado (já cozinhado por e com Bruxelas): é a vez de PCP e Bloco de Esquerda votarem obedientemente. A direita vota contra — em tom, bem entendido, de “veemente” oposição.

E o PCP e o Bloco (assim como os deputados do PS, aliás) fazem-no em troca de quê? De nada ou quase, como confessam, entre aliviados e divertidos, os arautos da direita.

Como diz João Cravinho, o saldo primário previsto no programa de estabilidade e no orçamento que ele fixa (a Assembleia da República depois só carimba) é de uma “enorme violência”. É um *excedente* de 4% do PIB, aquilo que os livros de economia ensinam ser uma política orçamental ultra-recessiva: a chamada política de austeridade.

E que diz o Bloco? Pede ao governo manter o saldo antes fixado segundo as regras de Bruxelas! (Pergunta: se o governo “ceder”, atacará o Bloco os professores, médicos e enfermeiros que reivindicarem mais?).

E que diz o PCP? Barafusta contra a submissão do governo (e do Bloco, nisso, razão tem o PCP) a Bruxelas. E prepara-se para viabilizar o PE e o orçamento... submetendo-se a Bruxelas!

Começa-se, “para evitar a direita”, por apoiar um governo que diz honrar os compromissos internacionais. Acabasse a apoiar, com a direita, em “bloco total”, um governo que faz a política de Bruxelas e da direita!

Para defender os interesses dos trabalhadores, uma só via:

— Ruptura com Bruxelas e seus tratados!

— Anulação da dívida! ■

Os “Grandes Devedores” da Banca

Custo para os Trabalhadores Portugueses: mais de **Vinte Mil Milhões de Euros (10% do PIB)**

Sabia-se que Rui Rio ia ser o novo chefe do PSD. Mas não que ia ser o seu parodiante em chefe. Rio veio pedir com veemência (e, evidentemente, carradas de razão) que se revele a identidade dos grandes devedores da Caixa Geral! Aqueles cuja especulação os trabalhadores portugueses estão agora a pagar.

Mas é curioso, vindo do partido que teve anos e anos para fazer tais revelações quando estava no governo. Não fez. A sua função era, e é, fazer favores aos tais “grandes devedores”... agora, é só para dar um ar de oposição, no momento em que é co-optado para o “bloco total” que este governo já é (ver acima).

Há, porém, uma exigência lógica que decorre do pedido de revelação e que talvez Rio queira considerar: que o Estado não pague, com os impostos pagos pelos trabalhadores, os milhares de milhões da dívida que é o resultado da acção destes grandes devedores e dos governos ao serviço deles!

Melhor ainda: porque não o faz desde já António Costa, se quer convencer o povo português de que faz outra coisa senão austeridade mal disfarçada?

Segundo cálculos do economista

Ricardo Cabral num [blog do Público](#) (22/11/2017), “*Os compromissos passados e futuros assumidos por este Governo com a “injecção” de dinheiros públicos na banca poderão chegar, ou mesmo ultrapassar, os 20 mil milhões de euros, isto é cerca de 10% do PIB de Portugal.*”

Note-se a referência a “*este governo*”. Não inclui sequer os anteriores...

Este exemplo serve-nos, porém, para recapitular o processo de constituição da dívida.

Os “grandes devedores” de que fala o parodiante Rio fazem negócios especulativos a torto e a direito, com que ganham milhões. A banca precipita-se então para lhes facultar milhares de milhões com que eles queiram ganhar ainda mais milhões.

Entretanto, a “conjuntura” vira, as pirâmides ruem e as especulações vão por água abaixo. Os “grandes devedores”, que já puseram os milhões ganhos nos paraísos fiscais sem pagar impostos, deixam de pagar aos bancos. Os bancos ficam insolventes. Como são “sistémicos”, o governo tem de os salvar. Para isso, mete lá, do orçamento, os milhões que os bancos já não conseguem reaver dos especuladores. Como já ninguém acredita nesses bancos, o governo dá ainda

mais milhares de milhões a especuladores ainda maiores para eles ficarem com eles. Esses milhares de milhões saem do orçamento.

O governo pede então emprestado aos mercados financeiros, pois já não tem onde ir buscar mais milhares de milhões. O orçamento passa, por seu turno, a pagar milhares de milhões em reembolsos e juros aos mercados financeiros.

O governo tem, conseqüentemente, de aumentar impostos e reduzir despesas com os sistemas sociais para poder pagar. São as regras do jogo.

Nós perguntamos: porque “têm” os trabalhadores portugueses, através dos seus impostos e da destruição dos seus sistemas de saúde, transporte e ensino, de reembolsar a dívida que os “grandes devedores”, especuladores, banqueiros e mercados financeiros cozinharam entre eles?

Não têm. A dívida, que a pague quem a fez.

Um governo ao serviço dos trabalhadores tem de a anular, rompendo com a ditadura dos mercados financeiros, da UE e do BCE e nacionalizando a banca. ■



Programa de Estabilidade 2018-2022

Para o Patronato, Tudo. Para os Trabalhadores, Nada!

Esta semana, o governo adoptou o Programa de Estabilidade para o período 2018-2022. Nele se fixam “metas” para o saldo e todas as orientações fundamentais das contas públicas para os próximos cinco anos. O parlamento não é tido nem achado. Adoptará o orçamento daqui a uns meses, mas, pelos vistos, é uma formalidade: já está tudo cozinhado. Que misterioso documento é este?

O Que É o Programa de Estabilidade?

O Programa de Estabilidade não é previsto pela Constituição portuguesa.

O instrumento constitucional que fixa a base financeira das políticas que o governo se propõe levar a cabo no ano seguinte é o orçamento do Estado, aprovado pela Assembleia da República.

Para os efeitos da Constituição, a primazia do orçamento supõe-se exprimir a soberania do povo através dos seus deputados eleitos.

O programa de estabilidade é um documento exigido pela Comissão de Bruxelas *antes* da elaboração do projecto de orçamento. Inclui as orientações fundamentais do (s) futuro(s) orçamento(s). A Comissão verifica se o programa está conforme com as suas directrizes, eventualmente aprova-o ou manda corrigi-lo. Só então é que se passa ao orçamento. Este passa a mero prolongamento executivo das ordens de Bruxelas.

O soberano do orçamento já não é, portanto, o povo que elegeu deputados para o votarem. É a Comissão de Bruxelas, que ninguém elege.

O governo português funciona, para todos os efeitos, como braço subsidiário da Comissão.

O Que Há de Estranho nas Posições de PCP e BE

A condição número um fixada por António Costa para os acordos parlamentares com o PCP e o BE foi que o governo “honrasse os compromissos externos do país”.

Esses compromissos incluem os “tratados europeus”, as instituições que deles decorrem e a hierarquia que eles implicam (a “subsidiariedade”)

Assim, não admira a figura, triste, que o Bloco faz, ao apresentar à AR um projecto de resolução sobre este famigerado Programa de Estabilidade. Nele, pede ao governo que cumpra as regras e metas de Bruxelas, sim, mas desbloqueando, se fizer o favor, mais alguns milhões. É que o Bloco diz que Bruxelas até deixa...

Essa “submissão” denuncia-a o PCP, com inteira razão.

Mas que faz o PCP? Apresenta um projecto de resolução muito crítico do Programa.

E apela a que o Parlamento o rejeite? Não.

Obviamente, com críticas e conteúdo diferente, adopta posição idêntica à do PSD: falar alto, mas não rejeitar.

Para não dar demasiado mau aspecto para a galeria, o CDS apela à rejeição.

Porém, como explicamos noutra local, é, a todo o perímetro do hemiciclo, o “bloco total” alinhado por Bruxelas.

O Que Diz o Programa de Estabilidade 2018-22

► “Entre 2018 e 2022, a conta das Administrações Públicas (...) evidencia uma melhoria do saldo orçamental, atingindo um excedente de 1,3% do PIB em 2022. Esta evolução reflete um processo de consolidação orçamental concentrado num crescimento da despesa inferior ao prospetivado para o PIB nominal (...), de onde se destacam a redução do peso das despesas com pessoal (num contexto de modernização e de valorização da Administração Pública), prestações sociais e poupança em juros”.

“(...) redução do peso das despesas com pessoal (...), prestações sociais e poupança em juros.”

Em português mais simples, está aqui o porquê de Centeno dizer aos funcionários públicos que bem podem esperar por aumentos. Haverá menos pessoal e/ou a ganhar cada vez menos. Sabendo o estado a que chegou a falta de pessoal em todos os serviços públicos, é prometedo.

► “O rácio de investimento público no PIB irá crescer 0,3 p.p. até 2022, passando a representar 2,6% do PIB”.

Atenção, isto é o investimento “bruto”. Este atingiu, em 2016 e 17, níveis abissalmente baixos, para satisfazer Bruxelas. Agora é para quase não subir.

Ora, números recentemente publicados pelo FMI indicam que “em 2016 ou segundo os últimos dados disponíveis”, Portugal é o país avançado com mais baixo investimento público. Em termos líquidos, mostra o FMI, o investimento público em Portugal foi mesmo negativo em quase -1,5% do PIB. Isto é, nem se substituiu ou reparou o que havia.

Não é preciso vir o FMI dizer isto. Os trabalhadores bem vêem os comboios que descarrilam, as escolas e hospitais que apodrecem, os cacilheiros que deixam de circular...

► “estima-se uma diminuição do peso da despesa com juros (...) alicerçada (...) na recuperação do grau de investimento por parte de duas das principais agências de notação financeira”.

Eis, ao correr de uma frase anódina, a chave: o que pautará a política do governo é obter as boas graças das agências de notação financeiras.

Todo o enredo está aqui. Uma vez que se aceite pagar a dívida, tudo obriga a agradar aos notadores oficiais. Lembre-se que as agências de notação servem para dizer aos investidores capitalistas se o investimento que vão fazer promete ser rendoso e de pouco risco... Agradar às agências é agradar ao capital.

Greve na Ryanair

A Ryanair sobreexplora graças às directivas da UE

Os tripulantes de cabine portugueses da Ryanair filiados no Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil (SNPVAC) pararam durante três dias. A greve, com uma adesão de 90%, fez-se em defesa dos direitos laborais que vigoram em Portugal, de que a multinacional faz tábua rasa. Os trabalhadores exigem direitos constitucionais fundamentais como a licença de parentalidade, a aceitação de baixas médicas (que a Ryanair considera faltas injustificadas) e garantia de ordenado mínimo. Lutam, ainda, contra os contratos precários, alguns há mais de dez anos, e os processos disciplinares a quem não atinge objectivos de vendas a bordo.



O sindicato insta a que “o Governo intervenha imediatamente e imponha à Ryanair o respeito pela soberania nacional e pelas leis portuguesas”.

Na verdade, a Ryanair recorreu a tripulantes de outros países para realizar voos, ameaçando de despedimento trabalhadores que se recusassem a substituir os seus colegas portugueses em greve: “*caso recuse cumprir o seu dever (substituir os colegas em greve), ser-lhe-á atribuída falta injustificada e a situação será resolvida através de processo disciplinar. Falta de comparência é um assunto muito sério, com sérias implicações no seu actual emprego, futuras transferências e promoções*”.

A empresa, pela voz do presidente da transportadora (CEO), Michael O’Leary, ameaçou processar o sindicato por este afirmar que a Ryanair violava leis nacionais ao substituir trabalhadores em greve. O dono da Ryanair afirma “apenas” ter completado os voos da Páscoa, acrescentando “*que uma das bases da União Europeia é a livre circulação de trabalhadores*”.

A Lei portuguesa é bem clara: o direito à greve é garantido pelo artigo 57º da Constituição. E o Código de Trabalho, no seu artigo 535º, proíbe a substituição de grevistas.

Porém, no Parlamento, o Ministro Vieira da Silva lembrou que os contratos de trabalho com a Ryanair foram assinados ao abrigo de um regulamento europeu (nº 593/2008)

que permite às companhias aéreas escolherem um enquadramento legal diferente daquele que vigora no país onde os trabalhadores estão instalados. É a continuidade da Directiva Bolkestein da UE (2004), sobre a “livre prestação de serviços na UE”, que levou a lutas em vários países: a directiva permitia, por exemplo, que uma empresa recrutasse trabalhadores portugueses para a Alemanha, colocando-os ali com ordenados portugueses, sem respeitar o salário mínimo e os contratos alemães. Como bem refere o chefe da Ryanair, na UE “*existe a livre circulação de trabalhadores*” — para ajudar a inchar lucros e só para isso.

A Ryanair anunciou, em 2017, lucros de 397 milhões de euros depois de impostos, mais 55% que no ano anterior. Portugal subsidia a empresa através de “Comissões de Turismo”. Arménio Carlos, secretário geral da CGTP, pediu, portanto, ao governo para “*tomar medidas junto das comissões de turismo*”, porque “*não podemos estar a financiar empresas que estão a questionar os direitos de paternidade e de maternidade*”.

Ninguém parece, no entanto, tomar posição sobre a referência do chefe da Ryanair à “livre circulação de trabalhadores”. Porque esquecem os jornais, partidos e comentadores este “pequeno” pormenor? Porque não reage o governo à substituição dos grevistas, apesar de ser violação da Lei nacional? Porque a legislação “europeia” se sobrepõe à nacional, neste caso como no resto...

Porque não reage o governo à substituição dos grevistas, apesar de ser violação da Lei nacional? Porque a legislação “europeia” se sobrepõe à nacional, neste caso como no resto...

Os sindicatos europeus dos tripulantes de cabine vão reunir-se a 24 de Abril, em Lisboa, para discutir de uma greve conjunta já em Maio. Os sindicatos envolvidos vêm, além de Portugal, de França, Alemanha, Espanha, Itália, Bélgica e Holanda.

Motivos como estes levaram à organização da Conferência Operária Europeia de 12 e 13 de Maio em Paris (ver página 6): é que, para poder defender os direitos laborais e a contratação colectiva, é necessário romper com os tratados da UE, de Maastricht e de Lisboa. ■

Ficha técnica

Publicado pelo grupo “A Internacional”;
Endereço mail: a.internacional.pt@gmail.com;

Responsável: José Júlio Santana Henriques
Página web: <http://ainternacional.pt>

Luta de Classes

Entrevista com um trabalhador precário

Milhares e milhares de trabalhadores em Portugal (como nos outros países da UE) vivem em situação de total precariedade contratual, graças, nomeadamente, à livre circulação de mercadorias existente no mercado único da UE. De mercadorias? Sim, de mercadorias. Objectarão os defensores da UE: de mercadorias e de pessoas — que maravilha, afinal poder trabalhar no país que se quiser, onde se puder ganhar ou viver melhor!...

A realidade, porém, é bem diferente. A “livre circulação de trabalhadores” diz respeito aos trabalhadores enquanto “factor de produção”, enquanto força de trabalho, mercadoria; não enquanto pessoas ou cidadãos.

Por exemplo, este trabalhador europeu, um entre milhares atraídos a Lisboa no contexto da “nova” economia da “rede” e da

informática. Para algumas empresas deste ramo, Portugal, além de sol, tem o atractivo de gente qualificada condenada a trabalhar por muito pouco salário. E como os salários são “de mercado”, também os jovens estrangeiros que para cá vêm lhes ficam sujeitos.

Este nosso entrevistado trabalha, ao lado de colegas de numerosas nacionalidades, para a multinacional Accenture, que, por sua vez, trabalha para os gigantes da net, as Microsofts, Apples e Googles. Só que, embora tenha um posto de trabalho nos escritórios da Accenture, nenhum contrato o liga a esta empresa. O seu contrato de trabalho é com uma empresa invisível que “presta serviços” à Accenture, que presta serviços às outras...

O Trabalho: Fazes parte de uma empresa que por sua vez aluga o teu trabalho a outras empresas. Como é que isso se passa?

R: É uma situação bastante complexa, mas, de facto, nós trabalhamos online directamente para o cliente da nossa empresa.

O Trabalho: Qual é a vossa relação laboral? Vocês não têm contrato de trabalho, não estão inseridos na contratação colectiva, qual é a vossa realidade?

R: Nós temos um contrato de trabalho a termo incerto, ligado à duração do contrato entre a empresa e o cliente. Não estamos inseridos em nenhuma contratação colectiva, nem o nosso tipo de trabalho é semelhante a nenhuma das categorias atribuídas aos trabalhadores. Por isso, a empresa aproveitou para nos dar a categoria mais baixa, de assistente administrativo de 3ª.

O Trabalho: Já foste aos sindicatos (CGTP e UGT)? Qual foi a resposta para a vossa situação?

R: Sim, já fui aos sindicatos, como outros meus colegas, mas infelizmente até agora, não nos ajudaram muito, muito pelo contrário, ou seja, deram-nos informações erradas, discordantes ou parciais. A única coisa positiva depois da inscrição foi a disponibilização de um advogado, mas ainda estamos no início. Faz um ano que fiz também a minha primeira denúncia ao ACT, por 27 artigos do Código do Trabalho não cumpridos; mas ainda não aconteceu nada. ■

Crónica: Multiplicam-se Lutas e Greves

9 de Abril

Administração Pública: “Governo deixa milhares de trabalhadores de empresas públicas sem valorizações salariais: A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública denuncia que a proposta de Decreto Lei de Execução Orçamental com que foi confrontada no dia 4 de Abril, deixa de fora milhares de trabalhadores das empresas do setor empresarial do Estado, contra todas as expectativas geradas (...)”

12 de Abril

- Médicos mantêm **greve** para 8, 9 e 10 de Maio: Falharam as negociações entre os sindicatos e o Ministério da Saúde.
- Trabalhadores não docentes do ensino manifestaram-se em Lisboa. Queixam-se dos baixos salários e da falta de pessoal nas escolas e marcaram uma **greve** para maio.
- **Greve** dos trabalhadores do grupo Auchan, dono dos supermercados Jumbo e Pão de Açúcar. Exigem aumentos dos salários e também dos subsídios

19 de Abril

Um plenário de trabalhadores do grupo Infraestruturas de Portugal para decidir formas de luta pelo aumento intercalar dos salários e o alargamento da aplicação da contratação colectiva.

CGD França

Trabalhadores da CGD França em **greve geral ilimitada**

tada a partir de terça-feira, 17 de Abril.

Segundo Cristina Semblano, representante dos trabalhadores da CGD em França (LusoJornal, 13 de Abril), a Assembleia Geral dos trabalhadores da Sucursal de França da Caixa Geral de Depósitos, reunida quinta-feira, 12 de Abril, convocou “quase unanimemente” uma greve geral ilimitada a partir (...) do dia 17 de abril, decidida por representantes de 34 agências entre 48 em França, cerca de 550 trabalhadores. Está em causa a continuidade da CGD como empresa pública e da sua sucursal em França, a mais rentável, que serve a maior comunidade portuguesa de emigrantes no estrangeiro. O governo pretende aliená-la sem o conhecimento dos trabalhadores, o que é ilegal, a partir de um acordo, também ilegal, do governo português com a UE: “não é normal que se privatize uma parte da empresa que é rentável, mas também não é normal que os salários continuem congelados (desde 2016) e que não haja distribuição de benefícios pelos Trabalhadores”. “O banco retirou da Sucursal a actividade de Tesouraria, que é responsável por 50% da nossa actividade”, para a tornar não rentável, esvaziando-a de trabalho.

Até neste caso do banco que serve os emigrantes em França o governo de A. Costa se põe do lado contrário aos interesses dos trabalhadores e à defesa da CGD como banco nacional. Solidariedade com os trabalhadores da CGD França, que exigem os seus direitos. Avante com a greve ilimitada. Força! ■

França

Ferroviários em Greve Classe Trabalhadora contra Planos de Destruição e Privatização de Macron



O presidente francês foi escolhido por uns 15% dos eleitores franceses na primeira volta das presidenciais. Na segunda, recolheu os votos “de nariz apertado” necessários para evitar que ganhasse a candidata da

extrema-direita.

Isso não impede este autodenominado Júpiter de se sentir eleito (sem dúvida pelos deuses, já que não pelos homens e mulheres) para desfazer tudo o que a classe trabalhadora francesa conquistou nos anos do pós-guerra. Apesar de sucessivos governos, de direita, mas também de “esquerda”, terem partido os dentes a tentá-lo nas últimas décadas.

Tal é a crise, contudo, na direcção política e sindical do movimento operário, com o PCF a embarcar cada vez mais nas manobras corporativistas de “concertação” com que Macron tenta dividir a classe, que a destruição do Código do Trabalho, do ensino igual para todos, do sistema de saúde público e, agora, das pensões de reforma por decreto do Bonaparte têm dado passos significativos e sem precedentes.

E tal é a sua sanha contra-reformista, que Macron, empurrado por Bruxelas, abriu recentemente mais uma frente de ataque: a supressão do estatuto do pessoal ferroviário da SNCF, os caminhos de ferro franceses, como primeiro passo para a privatização.

Porém, o que a classe op-

erária francesa ganhou, ela não largará sem luta. Os ferroviários, sector com enormes tradições, composto por mais de 140.000 trabalhadores, estão dispostos a lutar. Iniciaram greves de dois dias por semana, de momento convocadas até 28 de Junho, mas que poderão continuar.

Greves eclodem em muitos outros sectores. Os estudantes procuram manter o “bac” (exame de final do secundário, primeiro grau universitário) nacional, garante da igualdade do ensino e do acesso ao ensino superior.

Os nossos camaradas do Partido Operário Independente Democrático (POID), presentes em todos os cenários da mobilização da classe, associam-se, em 13 de Maio, a uma grande manifestação nacional unitária, em Paris, sob o lema “Macron, Un An, Ça Suffit!” (Macron, Um Ano, Já Basta!), que alude a uma das palavras de ordem do movimento de massas que derrotou o referendo corporativista de De Gaulle há 50 anos, derrubando o general-bonaparte.

O caminho é o mesmo! ■



Conferência Operária Europeia, Paris, 12/13 Maio
Esta Europa Não É a Nossa Europa!
Libertação dos Presos Políticos em Espanha!
Contra a Guerra e a Militarização da Europa!

Catalunha

Nova Vaga de Repressão Franquista

18 de Abril: deputados independentistas catalães entoam a “Grândola Vila Morena” nas Cortes de Madrid. A chefe das Cortes, membro do Partido Popular, levanta apressadamente a sessão. Convidado de honra: Marcelo Rebelo de Sousa, presidente de Portugal.

Marcelo não poupara vivas à “Espanha”. Obsequiara o “rei” e seus sequazes pós-franquistas com palavras de solidariedade. Enquanto isto, a “justiça” franquista mantém encarcerados quinze dirigentes e deputados eleitos, pronunciados por razões políticas, que facilmente poderiam levar à prisão milhões de catalães.

A onda de repressão desfechada pelo Estado tão louvado por Marcelo como “democrático” escuda-se em acusações de “rebelião”, “sedição” e mesmo, ultimamente, “terrorismo” para tentar calar e subjugar os republicanos e o povo catalão.

A procuradoria franquista tentou, sem êxito, obter da justiça alemã a extradição de Carles Puigdemont, o homem escolhido pela Generalitat eleita para dirigir o governo catalão, que se



exilara para evitar as masmorras da monarquia.

Agora estão na mira da repressão os activistas dos Comitês de Defesa da República (CDR), inicialmente formados em vilas e bairros para organizar o referendo. Vários activistas foram presos...

por bloquearem portagens ou por “desobediência”! O jovem rapper Valtonyc foi recentemente condenado a três anos e meio de prisão por ter dado a uma canção sua o título “Não ao Borbon!” (Borbon é o apelido do rei e família).

Tristemente, este governo abertamente antidemocrático festejado por Marcelo só se aguenta no poder graças ao apoio do Partido Socialista de Espanha (PSOE).

Porém, o povo da Catalunha, que votou em referendo livre por se separar da monarquia espanhola e declarar a República, não desarma nem desarmará. No dia 15 de Abril, 700.000 trabalhadores, jovens e militantes desfilaram em Barcelona pela libertação dos presos políticos e pelo regresso dos exilados.

A “terra da fraternidade” serão as repúblicas livres dos povos livres de Espanha. ■

O Imperialismo Ateia a Barbárie no Médio Oriente



Síria

Fim aos Bombardeamentos!

Na noite de 13 para 14 de Abril, mísseis americanos, franceses e britânicos atacaram a Síria. O editorial de um jornal dum dos países bombardeiros, a França (*Liberation*), escrevia que não atacar “*seria a inércia ante a vontade de Putin e Assad de testar a determinação das democracias face às funestas aventuras daqueles*”.

Curioso. Pense-se o que se pensar de personagens como as mencionadas por *Liberation*, que estranho critério é este? Não foi “funesta” a aventura da invasão do Iraque pelos EUA em 2003 à pala da absoluta mentira das “*armas de*

itárias, mas visando desmantelar a unidade nacional da Síria para facilitar o domínio imperialista. Com que resultado? A expansão do pretenso Estado “islâmico”.

Antes, atacava-se para acabar com o Daesh; agora, ataca-se para acabar com Assad.

E se Trump é uma caricatura ridícula, as caricaturas são caricaturas de algo real. Esse algo é o imperialismo americano e a sua política, determinada pela necessidade de agressão em toda a parte para tentar deter o seu declínio inexorável, que é o declínio geral do capi-

destruição massiva” que lá haveria? E cujo resultado foi efectivamente a “destruição massiva” daquele país, a morte de dezenas de milhares de homens, mulheres e crianças e o esfacelamento do próprio país...

Ou quando “as democracias” intervieram na Síria, a partir de 2011, à pala de razões human-

talismo moribundo, mergulhando partes inteiras do globo na barbárie da guerra e da miséria.

Note-se que, por falar em armas químicas — o pretexto usado para os bombardeamentos — um relatório da *Amnistia Internacional* de 16 de Junho de 2017 denunciava a utilização pela coligação dos EUA de munições com fósforo branco, pondo em risco de vida “*milhares de civis encurralados na cidade de Raqqa e arredores e podendo constituir um crime de guerra. Esta substância pode provocar feridas terríveis, queimando carne e ossos, continuando a ser perigosa por semanas após o uso, porquanto os resíduos se podem reacender espontaneamente e atingir temperaturas extremamente elevadas.*”

A coligação militar americana confirmou, aliás, ter usado fósforo branco na cidade iraquiana de Mossul.

Parece, portanto, que o (alegado) uso de armas químicas justifica que países longínquos bombardeiem a Síria. Justificará o comprovado uso, por esses mesmos países, de armas químicas como o fósforo branco que (outros) “justiceiros” autoproclamados os bombardeiem por sua vez?

Perguntar é responder... ■

“Marcha do Retorno” na Faixa de Gaza

Civis Palestinos Desarmados Assassinados pelo Exército Israelita

Segundo a *Amnistia Internacional*, atiradores do exército israelita mataram, desde o final de Março, 26 palestinianos, dos quais três crianças e um repórter fotográfico. Feriram, além disso, 3.078 pessoas, entre as quais 445 crianças, 21 membros de equipas de socorro do Crescente Vermelho Palestino (equivalente à Cruz Vermelha) e 15 jornalistas. Quase metade dos feridos foram atingidos por munições reais. Algumas centenas ficarão deficientes para toda a vida.

Ainda segundo a *Amnistia*, “*Em duas sextas-feiras consecutivas, dezenas de milhares de palestinianos, homens, mulheres e crianças, reuniram-se em cinco acampamentos a cerca de 700 metros da barreira fronteiriça que separa a faixa de Gaza do Estado de Israel, com o propósito de reafirmar o seu direito ao retorno e reclamar o fim de quase*

onze anos de bloqueio de Israel. Embora os protestos tenham sido essencialmente pacíficos, uma minoria de manifestantes



arremessou pedras”.

A situação em Gaza ilustra em concentrado o destino que é o do povo palestiniano como um todo. Os participantes na “Grande Marcha do Retorno” são a prova de que os 750.000

expulsos e os seus milhões de descendentes, que continuam privados do direito a viver no seu próprio país, não desistem.

Nunca poderá aspirar à paz ou à democracia um Estado como o de Israel, assente na expulsão à força de toda uma parcela da população do país em que instalou o seu poder e num sistema de apartheid que nega a uma parte da população os mais elementares direitos. Sem reconhecimento dos direitos nacionais e democráticos do povo palestiniano, sem o seu direito a regressar às terras de onde foi expulso, não haverá paz.

É uma causa que não é exclusiva dos palestinianos. É causa e preocupação também de todos os que se reclamam do movimento operário internacional. ■

Brasil

Não à Prisão de Lula!

Declaração do Conselho Editorial do Jornal “RESISTIR” contra a decretação da prisão de Lula

O juiz Sérgio Moro acaba de decretar a prisão de Lula, menos de 24 horas depois da vergonhosa e ilegal decisão do STF negando, por 6 votos a 5, o *habeas corpus* por ele ajuizado.

Isso só mostra que o golpe fraudulento que expulsou do governo a presidente Dilma, legitimamente eleita, e colocou em seu lugar um usurpador, continua em curso. O aprofundamento do golpe é necessário ao capital financeiro, aos grandes grupos econômicos nacionais e multinacionais, ao governo Trump e outros, para se apoderarem da riqueza nacional do pré-sal, de nossas estatais e usufruir de uma mão de obra barata e sem direitos.

É a continuidade do governo corrupto de Temer que dá à direita minoritária um governo para seguir operando com as instituições reacionárias como o Congresso Nacional, que aprovou a reforma trabalhista acabando com os direitos dos trabalhadores, e o STF, que julga segundo as conveniências políticas do poder econômico.

Abaixo o golpe, Fora Temer

É o golpe e as instituições golpistas quem ameaçam a soberania, os direitos sociais e a democracia. São os entulhos autoritários remanescentes da ditadura que permaneceram na constituição de 1988 e permitem a essas instituições, mesmo contrárias às aspirações da maioria do povo, uma sobrevida, apesar de odiadas e rejeitadas pela quase totalidade da população.

O General Villas Boas, comandante do Exército, ameaçou com uma intervenção militar caso o STF aprovasse o *habeas corpus* de Lula. Para o General uma posição a favor de Lula, mesmo que dentro da lei, seria uma impunidade. Mas, quem é o General para falar em impunidade quando os crimes da ditadura militar, crimes pelo assassinato de pessoas, crimes por corrupção, até hoje continuam sem condenações, com a cobertura legal do STF?

A intervenção militar das Forças Armadas no Rio de Janeiro, decidida por Temer, teve como consequência a execução da vereadora Marielle, do PSOL, num crime bárbaro e até agora sem solução. É a permanência e intensificação da militarização das Polícias que alimenta uma onda de crescente repressão e morte de jovens pobres e negros nas periferias das cidades. Quem deveria estar sendo enviado para a cadeia numa hora dessas era os mandantes do assassinato de Marielle e não Lula, condenado sem provas.

Esta nova etapa do golpe no Brasil tem como pano de fundo impedir Lula de concorrer nas próximas eleições presidenciais para a qual ele é o candidato favorito, segundo as pesquisas. A fraude eleitoral não tem sido incomum na América Latina. Recentemente uma fraude eleitoral descarada foi cometida em Honduras. Ao imperialismo dos



Estados Unidos não agrada a soberania dos povos, suas aspirações em decidir seus destinos. É isso que explica as pressões econômicas e ameaças de intervenção militar direta na Venezuela por parte de Trump para, principalmente, subtrair-lhe as reservas de petróleo do seu domínio.

A prisão de Lula é, evidentemente, um ataque a todas as organizações da classe trabalhadora do campo e da cidade, partidos, sindicatos, movimento de sem-terra, movimento de sem teto e entidades estudantis. Por isso, é necessário a mais ampla unidade contra a prisão de Lula. É preciso defender a democracia lutando por uma Assembleia Constituinte Soberana que ponha fim às atuais instituições reacionárias mantidas para assegurar os privilégios de poucos, fraudando assim as aspirações da maioria.

É hora de convocar assembleias e reuniões em locais de trabalho, de moradia, em escolas e universidades para expressar em alto e bom som a recusa ao golpe, as exigências de democracia e fim da política de regressão social. A Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT), em nota, mostra esse caminho: “A resistência é nas ruas e nos locais de trabalho.... a FUP indica a realização de assembleias setoriais e mobilizações em todas as unidades do Sistema Petrobras para denunciar a prisão arbitrária do ex-presidente Lula e defender a sua inocência».

— Não à prisão de Lula. Pelo seu direito de concorrer a presidente!

— Fora Temer já. Fora as instituições golpistas que agem contra a democracia e contra os direitos!

— Fim da intervenção militar no Rio, apuração e punição dos mandantes do assassinato de Marielle e Anderson!

— Constituinte Soberana para revogar as medidas* de Temer, defender a democracia e avançar em conquistas sociais!

7/4/2018

* Revogar a reforma trabalhista, a lei do ensino médio, a EC95 de congelamento dos gastos sociais por 20 anos, o fim do controle da Petrobras sobre o pré-sal, etc.